P#F

Pierre Bruno[1]

P#F: *passe diferente de final.* Não é uma tese, mas uma proposição a ser submetida à prova.

Com certo constrangimento, reli as anotações feitas no curso dos trinta e cinco passes dos quais participei como membro do cartel B, com J.-F. Bouchet, Roseline Coridian, J.-A. Miller, D. Silvestre sendo mais-um. Este constrangimento, parece-me, no só depois (embora já fosse a minha opinião no momento em que isto se passava) está ligado à dificuldade de julgamento, a alguma coisa que tornava quase todo julgamento "indecidível", salvo, talvez, nos casos nos quais um *não* se impõe e naqueles, mais raros, nos quais o *sim* faz unanimidade Para dizer as coisas sem rodeios, com o distanciamento de mais de seis anos, eu diria que, no que concerne aos dois passantes nomeados AE, uma das nomeações me parece, sempre, incontestável e a outra também. Se as distingo, é porque o cartel do passe teria podido, *segundo seus critérios de então,* emitir algumas reservas em relação ao segundo passe. Eu me contento, hoje, que ele não o tenha feito.

A nomeação de um AE pelo cartel tem por função selecionar um nome próprio porque este nome próprio é o de uma enunciação singular e inédita que, levantada antecipadamente no tratamento do sujeito pelo próprio sujeito, dá provas de um efeito de deslocamento discursivo - na ocorrência, passagem de analisante a analista. Já que ele nomeia o simbólico e sai, desta maneira, do anonimato de um simbólico (isto é, de uma doutrina) sem enunciador, este nome próprio tem estatuto de sintoma. Eu o digo, prontamente, para marcar o lugar dos AE em uma comunidade

psicanalítica: fazer sintoma - marcar uma "heteridade"- ex-sistir ao grupo e não fazer tampão, casta, corpo ou vitrine. Fenomenologicamente falando, a enunciação em questão não é um elemento isolado a ser considerado intrinsecamente, mas um elemento, ou muitos, que ordenam e esclarecem o conjunto do testemunho, de tal maneira que eles o tornam receptível e motivam uma resposta *sim* à questão da passagem de analisante à analista e, simultaneamente, um *sim* ao fato de que a singularidade desta passagem foi transmitida e que ela é "ensinável" pela psicanálise De minha parte, no que diz respeito ao testemunho 1, fui sensível, principalmente, à formulação pela qual este passante enunciou que a posição do psicanalista era incompatível com a sua demanda de ser autorizado pelo analisante. Quanto ao testemunho 2, o passante trouxe um sonho bastante resolutivo provando, como conseqüência, uma queda durável da angústia.

O que se pode aprender das não nomeações é mais pobre - por definição, se poderia dizer - já que o não do cartel se motiva do que não há nada a aprender deste passante sobre a intensão da passagem analisante/ analista. Esta intensão é o que faz a singularidade epistêmica da psicanálise - não se pode apreender enquanto conceito. Ela deve ser, no entanto, algo que conte, mesmo se se apresenta como hiância já que o procedimento do passe tem vocação de captá-la e, pela decisão da nomeação, enodá-la à extensão (1).Eu retomo este ponto pois parece impreciso para muitos e porque nós, diferentemente de Lacan, que tinha um grande avanço sobre seus colegas e não podia frear seu ensino para esperá-los, por não estarmos neste caso, podemos dar uma certa prioridade ao trabalho de equipe, isto é, estarmos atentos para explicarmo-nos, uns aos outros, aquilo que, de nosso saber, pode transmitir-se. Logo, nós temos uma alternativa.

- que estejamos no universo das proposições. Assim, para retomar o famoso exemplo de Frege: *lua de Vênus* é um conceito claramente objetivável ao lado da intensão. Neste caso, já que Vênus não tem lua, se dirá que a classe *lua de Vênus* não existe ou que o conjunto é vazio (extensão zero). Certamente, eu simplifico, reduzo ao extremo, afastando todas as espécies de questões apaixonantes que não estão sem relação com o que é psicanalisar (sentido/significação/ poesia- conjunto/classe- mundos possíveis- estatuto do nome próprio- relação da essência e de predicados, etc.)

- que estejamos no real da psicanálise. Com o passe, de fato, o problema é diferente. Há algo que funda o psicanalista fora de sua auto-proclamação, mas este algo escapa ao conceito (ou, pelo menos, uma conceituação não pode ser feita senão no só depois e só no nível do saber textual). Parece-me que o caso é bastante próximo do que se passa na

arte. Quando Duchamps envia um mictório ao *Armory show* e sustenta que é arte, está aí manifesto que é impossível deduzir o caráter artístico do mictório (sua intensão) do conceito de arte. No entanto, sem a enunciação de Duchamps, a arte do século XX seria muito mais estreita. Acrescentemos que a prova de que se trata de arte está no título dado à "obra", *Fountain,* que batiza o urinol público - mictório- transformando-o em urinador, e separa, assim, o objeto do seu uso, identificando-o ao usuário. Mas, de repente, o usuário perde, também, seu valor de uso.

Podemos resumir assim a diferença: enquanto a intensão é suposta apreender uma "essência", a psicanálise se interessa pelo ato. O passe é a experiência inventada para construir uma extensão, apesar de, ou por causa da hiância da intensão (2).

Neste contexto, finalmente, as coisas não se passaram tão mal no cartel B. Eu acrescento que, mesmo se os passantes não nomeados não nos fizeram aprender nada de contundente, no entanto, o cartel aprendeu, a partir de seus testemunhos, um certo número de coisas e, notadamente, a formidável eficácia curativa da psicanálise.

Então, onde está o problema?
Vou abordá-lo pela sua face abrupta.

O problema é de um mal entendido cujas derivas politiqueiras são mais um efeito que sua razão.

A razão, eu a dei no meu título: P^1F (em todos os mundos possíveis)

A questão é a dos pressupostos teóricos que guiam, informam e incidem sobre a experiência do passe. Vou propor minhas respostas no que diz respeito ao cartel B, de 1992 a 1994: *o cartel procurou verificar o final, não o passe*. Como ocorria o mesmo com os passantes que buscavam demonstrar que tinham chegado ao final de suas análises, fazendo surgir poucas informações sobre a passagem analisante/analista, o quiproquó se tornava "indetectável". Daí uma inflexão superegóica massiva dos testemunhos, da qual resulta um efeito notável; a saber, a improbabilidade deste apertado colete teórico, de duas ocorrências de testemunhos:

a) Eu finalizei o meu tratamento mas não houve passagem de analisante /analista.

b) Eu não finalizei o meu tratamento mas posso sustentar minha passagem a analista

Ocorre que estas duas asserções que digo, forçando um pouco, não enunciáveis na experiência do passe, tal como contornada pelos

pressupostos teóricos que o comandam na ECF, são, no entanto, claramente legíveis em Lacan.

A Proposição *a:*

Eu cito a *Proposição de 9 de outubro de 1967*:

"Assim, o fim da psicanálise guarda em si uma ingenuidade acerca da qual se coloca a questão de saber se ele deve ser tomado como uma garantia na passagem ao desejo de ser psicanalista" (3).

Assim: F⇒P (É falso que o final implique o passe)

Quanto à proposição b, ela é legível no *Discurso à EFP* de dezembro de 1967.

Lacan aí evoca "a retomada do bastão do psicanalisante" por um analista. Esta retomada não significa que o passe não tenha sido franqueado; ela significa que um analista julgou necessário, a partir das dificuldades que ele encontrou em sua relação com o ato psicanalítico (e não a partir de uma suposta essência do psicanalista) uma "correção do desejo do psicanalista".

Assim: P⇒F (É falso que o passe implique o final)

É dizer que é preciso distinguir estruturalmente o final de uma análise e o ato pelo qual o passe é franqueado, mesmo quando os dois coincidem aproximadamente na cronologia e mesmo se o segundo pode não ser (problema a ser examinado) sem efeito sobre o primeiro. Por outro lado, eu vejo um duplo ganho nesta distinção.

- O testemunho do passe não é onerado, traficado, tornado ilegível, inclusive, apagado pela injunção superegóica do final. Evita-se assim o florilégio (besteiras?) das travessias da fantasia e, sem dúvida, o adiantado das identificações ao sintoma. Lembremos, rapidamente, que a observação de um estado da fantasia (por exemplo: "defecar sob o olhar de uma mulher"), não é sua travessia. Quanto à identificação ao sintoma, isto não é uma escolha cínica: "Sou assim. Amem-me assim".

- A prova do ato seria colocada em primeiro plano, isto é, este momento em que o sujeito se desaliena, separando-se da soma dos significantes, que ele descobriu como determinantes do que ele é. Liberação aí também: ele junta sua divisão entre causa e determinação. Dito de outra maneira, o analisante passa das associações a um dizer.

Há, no entanto, um problema espinhoso. A passagem de analisante à analista implica este ato; mas, este ato implica esta passagem? Eu não vou responder, vou apenas, adiantar que a escolha da passagem a analista comporta a escolha de uma loucura, ou ainda, de uma aposta de lógica

coletiva. O que poderia corresponder a isto, quando não é esta escolha que é feita?

III

Abordo, então, mais brevemente, uma última questão. A que é devida esta inflexão nociva da qual falei? Devo dizer que, J.-A Miller, na sua prática de membro do cartel, não me pareceu ser o mais envolvido nesta superegoicização do testemunho pela coalescência do passe e do final - em todo caso, não mais que qualquer um dos outros, e de mim mesmo, no cartel. Ao contrário, a orientação teórica que ele deu sobre estas questões não me parece dever se beneficiar da mesma imunidade. Eu faço alusão a este artiguinho ao qual já me referi, intitulado *O passe perfeito,* (26 de junho de 1993). É um texto que eu recomendo à leitura, porque ele chama a atenção por suas qualidades demonstrativas, o caráter esclarecedor de certas fórmulas, enfim, e sobretudo, por uma tal inteligência da argumentação que parece, de início, ser incontestável. No entanto, há como fundamento do texto, esta equação PP = F *(passe perfeito = final)* que eu critico. Miller coloca como eixo maior a diagonal(já chamei a atenção, aliás, que ele era constituinte do discurso capitalista) S- *a*, e resume o tratamento a dois momentos. O tratamento propriamente dito: 1) *a* é causa do desejo de S. 2) O passe perfeito: no lugar de *a*, enquanto causa do desejo, se substitui *a* enquanto termo forcluído do gozo. Esta substituição provoca a expulsão subjetiva (de S) Expulsão fora do tratamento analítico. Bem entendido, acrescenta Miller, este passe perfeito é raro. Regra geral, encontramos formas atenuadas. É evidente que, desde então, para o sujeito enfeudado nesta tese, quem pode mais pode menos. Dito de outra maneira, provar o final prova o passe, sendo este tanto mais perfeito quanto coincide com o final ("expulsão subjetiva").

Não criticaria, hoje, esta tese em si mesma. Não vou precipitar-me. Basta-me ter mostrado as consequências que ela tem sobre a experiência, isto é, sobre a forma dos testemunhos. O esmagamento do fim do passe é um efeito de estrutura ou um desvio? O que quer que seja, a experiência, no que ela tem tido êxito, a meu ver, deveria nos permitir um desdobramento do espaço entre passe e final; daí estudar o bem fundado, as modalidades, as razões.

IV

É sobre este desdobramento que eu vou concluir.

É, eu já adiantei isso, uma exigência que decorre da experiência do

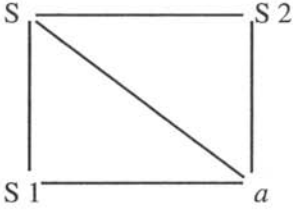
passe. É preciso, fortemente, de fato, enfatizá-lo, já que, tomando a Proposição de Outubro de 1967, poderemos encontrar argumentos para identificar final e passe. Cito: *"O término da análise chamada, redundantemente, de didática, é a passagem, de fato, do psicanalisante à psicanalista"*. Do mesmo modo, no *Discours à l'EFP,* podemos levantar o que há, aí, de convergente: o passe é este ponto no qual, por se ter chegado ao fim da sua psicanálise, o lugar que o psicanalista sustentou no seu percurso, qualquer um dá este passo para tomá-lo". Teríamos, então, uma concepção segundo a qual o final (chegar ao fim) inauguraria o passe.

É esta a última palavra de Lacan? (4)

É o que se precisa examinar sem juízo antecipado.

Eu não o faria, certamente, de uma só vez, mas posso, desde agora, dizer algo sobre isto.

Esta concepção de 1967 se caracteriza por ligar o passe, senão à travessia da fantasia, pelo menos, ao "soçobramento" da "garantia "que o sujeito "tomava de sua fantasia". É a questão: "Desejo, estás aí? Eu acreditava que estavas lá, inamovível. Ora, o gozo não continua". Mais radicalmente, perfila-se a questão de saber o que vem a ser o par desejo-fantasia, quando a atrelagem se desfaz.



Se, entretanto, correlacionamos este momento primeiro do passe com a afirmação de seu necessário recomeço, é plausível, caso se fica somente com o textual de Lacan, pensar que o final colocado, aproximadamente dez anos mais tarde, como *identificação ao sintoma* , introduz uma exigência nova. A saber, como, para o analisante autenticamente passado a analista, fazer cessar a tentação de re-supor-se subjetivamente, saber a respeito de "seu" inconsciente. Dito de outra maneira, quantos passes são precisos, depois do original, que pode, muito bem, ser considerado como o protótipo, para que a oscilação do depressivo (destituição subjetiva) e do maníaco (re-instituição subjetiva) encontre um termo eficaz por este deslocamento que permite suportar, enfim, a desconsistência do objeto que causa o desejo? Este "plausível", parece que a experiência do passe, mais de trinta anos depois do seu início, o tem

transformado em seguro.

De repente, é um fato, os tratamentos duram, e com isto devemos nos preocupar porque, evidentemente, não há psicanálise póstuma. (5)

Tradução: Sonia Campos Magalhães
Com a colaboração de Denise Maria de Oliveira Lima

[1] Texto pronunciado no seminário *Espace École* animado por Pierre Bruno: *Enjeux théoriques d'une partition*, e retomado em Toulouse no quadro dos FCL, em 14 de abril de 2000. Publicado no *Link*

1- Esta hiância da intensão não faz senão manifestar a hiância pela qual a psicanálise não é, de modo algum, regra para operar de modo eficaz, sobre a realidade....."("A psicanálise nas suas relações com a realidade" *Scilicet*, no. 1, p.54)
2- Miquel Bassols, em um artigo interessante, desenvolve muito bem esta incompatibilidade da intensão em psicanálise com um tratamento conceitual, mas parece deduzir daí a impossibilidade do toda extensão, o que é falhar a própria razão do passe(in *Lettre mensuelle*)
3- LacanJ., Scilicet, no. 1, p.26.
4- Apesar do caráter peremptório aparente destas citações, uma outra leitura destes dois textos fundadores pode ser antecipada. O fim de uma psicanálise não é, forçosamente o término da didática. Lacan enfatizando que esta (aliás nomeada assim "superfétatoirement") não pode ser reduzida à reprodução de seus operadores. O final (no sentido de finalidade) é empurrar a experiência original "ao ponto que dela figure a finitude e permita, disto, o só-depois" (Proposição sobre o psicanalista da Escola")
5- Escutando uma exposição de Marie-Jean Sauret, aprendi que Marcel Duchamp acreditava na obra póstuma, isto é, em uma obra que não encontraria seu ponto de finitude senão depois da morte de seu criador. Sobre este ponto não podemos seguí-lo salvo se nos identificarmos a uma obra.